

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUÍS FLÁVIO SANTOS PRAZERES



Manual de Orientação Pedagógica para o Ensino de História das Religiões



São Luís
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIST)

LUÍS FLÁVIO SANTOS PRAZERES

**MANUAL DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA DAS RELIGIÕES**

São Luís
2020

Capa:

Josimar de Jesus Costa Almeida

Texto:

Luís Flávio Santos Prazeres

Revisão:

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris

Diagramação:

Josimar de Jesus Costa Almeida

Este manual foi elaborado como produto do Mestrado Profissional em História, sob orientação do Prof. Dr. Wheriston Silva Neris.

Prazeres, Luís Flávio Santos.

Manual de Orientação Pedagógica para o Ensino de História das Religiões. /
Luís Flávio Santos Prazeres – São Luís, 2020.

84 f.; il.

Produto Educacional da Dissertação Laicidade e história das religiões:
uma abordagem histórica do ensino religioso aplicado na UEB Luís Viana.

Orientação do Prof. Dr. Wheriston Silva Neris.

1. Ensino de História. 2. Laicidade. 3. Memória 5. Manual. I. Título

CDU 93/94:37.014.52(035)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Escola: entre a ciência e o proselitismo	13
Imagem 2 - Estado: entre a laicidade e a intolerância	21
Imagem 3 - E assim caminha a religiosidade	26
Imagem 4 - Quadro de competências gerais da nova BNCC	30
Imagem 5 - Quadro das competências socioemocionais	31
Imagem 6 - Charge problematizadora	55
Imagem 7 - Abertura da Boca (uep-rá)	59
Imagem 8 - O julgamento da alma	60
Imagem 9 - Ilé-ife, a Pátria dos Orixás	67
Imagem 10 - Jaci, deusa da Lua	75
Imagem 11 - Tupã	76
Imagem 12 - A criação da mitologia indígena	76
Imagem 13 - A criação no cristianismo	77

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
1. BASES LEGAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES	13
A - O que é laicização? E o que é secularização?	17
B - O que é confessionalismo e proselitismo?	18
C - Como a laicidade se manifesta no Brasil?	19
2. DIVERSIDADE, PLURALISMO E TOLERÂNCIA: A ESCOLA BRASILEIRA EDUCA?	20
3. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES	28
A - História das Religiões: O Primeiro passo é Planejar!	28
B - Segundo Passo: Compreender o que é o Fenômeno Religioso	32
C - Propostas Teórico-Metodológicas	35
I. Das organizações religiosas	35
II. Dos lugares sagrados	38
III. Dos ritos	41
IV. Dos símbolos religiosos	43

V. Da vida	48
VI. Da morte	49
D - Encaminhamentos Possíveis	51
4. TERMOS E CONCEITOS	78
REFERÊNCIAS	80



APRESENTAÇÃO

Caros educadores, sabemos que os desafios para estabelecermos estratégias de trabalho que possibilitem aos alunos um melhor aprendizado, para que possam dominar as diferentes linguagens, resolver situações-problema e construir argumentações, não é uma tarefa simples. Exige de nós educadores disciplina, pesquisa, horas de leituras e planejamentos.

Foi pensando nestas tarefas que este manual pedagógico foi elaborado. Com o intuito de orientar os educadores na sua prática, os docentes encontrarão informações relevantes para o ensino de História das Religiões, tanto para a disciplina de História quanto para a disciplina de Ensino Religioso, com sugestões de formas para abordagem da História das Religiões, leituras complementares, sites para pesquisas e atividades para os alunos, de forma que o educador tenha um encaminhamento e possa tornar o aprendizado mais prazeroso e significativo para a atualidade.

A estrutura desta proposta foi dividida com base no estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 e de outros documentos legais que tratam sobre os direitos humanos e o Ensino Religioso, além das obras de Mircea Eliade, que serviram de base para estruturação desta proposta.

Esperamos que o propósito de oferecer aos professores subsídios para o seu trabalho em sala de aula satisfaçam as necessidades dos docentes para que o processo de ensino-aprendizagem seja uma experiência significativa para todos.

INTRODUÇÃO

Qualquer proposta pedagógica que tenha o intuito de trabalhar a História das Religiões nas escolas brasileiras deve levar em consideração os marcos legais que orientam as bases curriculares da educação no Brasil e os princípios constitucionais que, desde a Constituição de 1988, incorporam um novo conjunto de preocupações éticas, assim posto no seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, p.13).

Observa-se nesse aspecto a preocupação de garantir as liberdades individuais, assim como favorecer a construção de relações sociais sob a égide da tolerância, do convívio pacífico e da harmonia social, reconhecendo a pluralidade e diversidade, tendo em vista que o respeito a esses valores pode contribuir para assegurar a igualdade de direitos e a liberdade religiosa, que é a temática desta proposta.

Portanto, neste tópico, pensamos em como desenvolver uma proposta pedagógica para inserção da História das Religiões no componente curricular de História, entendendo que o mesmo já consta na BNCC, e neste manual propõe-se um diálogo com a Base de modo a estruturar uma proposta que contemple e se aplique ao estudo das diferentes culturas e religiões dos povos ao longo da História da humanidade de uma forma mais aprofundada e que se construa

dentro do ambiente escolar uma cultura do diálogo, do respeito e da tolerância religiosa e cultural. As atividades com as temáticas religiosas em sala de aula devem ser pensadas para todos os anos finais do ensino fundamental, de forma que o estudo de diferentes religiões e suas características possam ser analisadas e discutidas com o intuito de construir uma comunidade na qual se valoriza o respeito e a tolerância em relação às diferentes manifestações religiosas.

Então, quais caminhos seguir para o planejamento de aulas que contemplem esses fundamentos? Estruturamos este documento com o intuito de abrir caminhos, de nortear as atividades docentes. No primeiro capítulo, este manual orienta os professores para a compreensão dos princípios legais sobre o ER nas escolas e do princípio constitucional da laicidade do Estado, que levou a distinção de termos como laicidade, secularização, confessionalismo e proselitismo. Alguns destes vistos como sinônimos, mas que possuem significados distintos. Nesta seção, o professor poderá encontrar caminhos para edificar o seu arcabouço teórico sobre a legislação e as fontes de pesquisa, que permitiram compreender a importância do ensino de História das Religiões, do fenômeno religioso, e não de uma determinada orientação religiosa, como direito democrático contemplado pela legislação nacional.

Na segunda parte, considera-se que a construção de práticas de tolerância, em todas as áreas e não apenas na religião, é essencial para os alunos desenvolverem vivências e atitudes tolerantes de respeito ao próximo. Logo, a escola, que exerce um forte papel na formação de uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã, deve fomentar uma educação que possibilite essa construção. Por isso, este capítulo foi elaborado para fornecer uma orientação aos educadores, em relação ao seu fazer pedagógico, com o intuito de promover uma educação para a tolerância, que é a base do respeito à diversidade e ao pluralismo, pois é o sustentáculo dos governos democráticos que reconhecem a necessidade dos direitos humanos como o caminho para reduzir as desigualdades, a miséria, os conflitos e as guerras.

No terceiro momento, serão apresentadas as propostas pedagógicas. Primeiro, uma orientação para a importância do planejamento com base nas competências e habilidades da BNCC. Segundo, apresentamos um roteiro dos conteúdos que devem ser trabalhados nas aulas, com enfoque nos fenômenos religiosos, descrevendo seus mitos de origem, ritos, símbolos, lideranças, princípios éticos, relações com a morte, sua escatologia, as bases dos seus livros sagrados, quando existirem. Ou seja, nesta seção, a proposta é fornecer suporte para o ensino de História das Religiões. Em seguida, detalha-se alguns planos de aula que contemplam este ensino dentro da disciplina de História, de tal maneira que se trabalhe justamente algumas características das diferentes manifestações religiosas, sem sair das unidades temáticas da História, visto que as preocupações em concluir o conteúdo durante o ano letivo são constantes. E, por último, haverá um pequeno dicionário com termos e conceitos fundamentais para o estudo dos fenômenos religiosos.

Com essa organização, o objetivo é construir o arcabouço legal e teórico, cuja prerrogativa se fundamente no modelo inter-religioso e inter-confessional? como proposto nas legislações em vigor até então para a disciplina de Ensino Religioso. As práticas de ensino aqui propostas devem contemplar métodos e saberes que valorizem a diversidade cultural e religiosa do Brasil, que reconheçam a pluralidade e orientem para uma educação laica. A sala de aula é, portanto, um espaço de construção de saberes e não de catequese, doutrinação e ideologização, pois é o espaço que deve fornecer aos estudantes conhecimentos e saberes diversos, no caso da área de Ensino Religioso e História, como subsídio para que compreendam os fenômenos religiosos e como os grupos sociais se relacionam com o sagrado, possibilitando o entendimento desses fenômenos e das representações culturais construídas historicamente.

É por meio desta abordagem teórico-metodológica, a qual consideramos um dos caminhos possíveis, para fazer da escola um ambiente de construção de saberes voltados para a superação das desigualdades sociais

e culturais, étnico-religiosas, e garantir o respeito às diversidades, à liberdade de crença e às liberdades individuais tão propaladas na Constituição de 1988 e na LDB 9394/96, mas que na prática ainda enfrentamos dificuldades para concretizar. Assim, por meio da educação, poderemos fomentar uma sociedade que valorize os princípios democráticos e os direitos dos cidadãos.

1. BASES LEGAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

Imagem 1 - Escola: entre a ciência e o proselitismo.



Fonte: http://paineldeparnaiba.blogspot.com/2016/10/charges-engracadas_17.html

Ao elaborar este manual de orientação pedagógica para os professores de História e de Ensino Religioso, foi necessário pensar em alguns desafios que podem ser encarados na rede pública de ensino. Portanto, discutimos esses desafios e pensamos em caminhos a serem trilhados para enfrentá-los com mais sabedoria e resiliência. Primeiro, a escola, principalmente a pública, é um espaço de construção de conhecimentos científicos, que devem estar fundamentados na

explicação dos fenômenos da natureza ou dos fenômenos sociais através dos princípios da observação, da experimentação e do racionalismo. Logo, não cabe a escola o ensino da religião, mas a busca da compreensão dos fenômenos religiosos que são construídos socialmente. É a História das Religiões que deve ser o objeto de estudo no âmbito escolar. E, porque a História das Religiões e não o ensino de religião na escola?

Recorremos a legislação para explicar a importância do ensino do fenômeno religioso e não da religião como forma de garantir o respeito aos princípios da laicidade, o respeito a diversidade religiosa e aos fundamentos da igualdade dos cidadãos. Abordaremos a legislação de forma bem sucinta, para não nos prendermos apenas nas questões legais, pois é importante entender que as religiões fazem parte da história da humanidade desde os seus primórdios e, como tal, contribuíram para a estruturação das diferentes sociedades, portanto, devem ser compreendidas como diversas, como elementos da memória de um povo, pois:

É importante lembrar que as religiões são parte importante da memória cultural e do desenvolvimento histórico de todas as sociedades. Desse modo, o ensino de religiões (e não de uma religião) na escola não deve ser feito para defesa de uma delas, em detrimento de outras, mas discutindo princípios, valores, diferenças e tendo em vista – sempre - a compreensão do outro (SILVA, 2004, p. 2).

Tanto na Carta Magna brasileira quanto nos documentos que norteiam a educação brasileira, fica evidente a defesa da laicidade e da diversidade cultural e religiosa como meios para garantir a cidadania. No Artigo 5 da Constituição Federal são declarados os princípios de liberdade e igualdade e, em vários parágrafos deste artigo, é ressaltada a defesa de todas as formas de manifestações religiosas como direitos dos cidadãos¹. O Artigo 19 do mesmo documento reforça o princípio da laicidade:

¹Exemplo como nota de rodapé: Art. 5º [...]VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 188).

Entretanto, apesar do estabelecimento do Estado laico desde 1890, através do Decreto 119-A, o Brasil ainda está em fase de laicização. Inclusive, esta pode ser uma temática que você professor pode discutir com seus alunos em sala de aula. O artigo 33 da LDB 9394/1996, em sua nova redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997, também ressalta os aspectos da laicidade e do respeito a diversidade:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (LDB 9.394/96, 2017, p. 24).

Estes documentos ressaltam que o Estado brasileiro é laico, portanto não deve ser permeado por uma religião e deve valorizar o ensino não confessional e não proselitista. Estes aspectos também são evidenciados em diversos pontos da BNCC, como no trecho abaixo:

A Educação Básica deve[...]assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2017, p.14).

O intuito neste primeiro momento é esclarecer os aspectos da laicidade do Estado e da educação brasileira para se pensar e estruturar propostas de ensino sobre História das Religiões, propondo o estudo de diferentes religiões bem como

de seus ritos, práticas, mitos, crenças, isto é, abordar as formas como surgiram e triunfaram as religiões em seu respectivo contexto histórico e geográfico. Talvez, desta forma, a escola seja capaz de proporcionar uma educação mais equitativa e democrática, possibilitando o exercício da cidadania e da formação geral e humana dos educandos. Esta é a função da escola: abordar o conhecimento religioso e reconhecer a diversidade cultural e religiosa, não cabendo a mesma qualquer forma de exclusão, de doutrinação ou de segregação dos estudantes.

A BNCC ressalta o papel da escola como espaço de construção do conhecimento científico e de reconhecimento das diversidades culturais e religiosas. Portanto, o Ensino Religioso, em sua abordagem histórica enquanto conhecimento religioso e não confessional, é “parte integrante da formação básica do cidadão” e sua função “é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos” (BNCC, 2017, p. 431). No Ensino Religioso, assim como no Ensino de História, as religiões devem ser compreendidas a partir do contexto da História das Religiões, como propõe Mircea Eliade (1992), abordando os fenômenos religiosos e o conhecimento religioso. Mas, o que é o conhecimento religioso e como ele é produzido?

O conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões). Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade (BRASIL, 2017, p. 432).

Esta visão do ensino de História das Religiões permite uma abordagem laica dentro do Ensino Religioso e do Ensino de História, que pretende contribuir

para o estudo das religiões. Porém, outras questões relevantes devem ser aqui levantadas para que o educador possa ter discernimento na utilização dos termos laicização, secularização e confessionalismo.

A - O que é laicização? E o que é secularização?

Os dois termos muitas vezes geram confusão e são usados como sinônimos, mas são distintos. O termo *laikós*, ou *laós*, é de origem grega e significa “povo”, denotando a separação do que é leigo, laico em oposição ao que é religioso. Assim, um Estado laico é aquele que permite a liberdade de crença ou de não crença, a liberdade de escolher o que e como crer, no qual o Estado e a igreja estão separados. Abaixo temos duas concepções como fundamentação teórica:

Assim, o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana. Permite, também, a cada um dos seus, individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição religiosa. E, decidindo por crer, ou tendo o apelo para tal, é a laicidade do Estado que garante, a cada um, a própria possibilidade da liberdade de escolher em que e como crer, ou simplesmente não crer, enquanto é plenamente cidadão, em busca e no esforço de construção da igualdade (FISCHMANN, 2012, p. 16).

Dessa forma, seguindo a laicidade, o Estado não possui doutrina oficial, tendo como consequências adicionais que os cidadãos não precisam filiar-se a igrejas ou associações para terem o status de cidadãos e inexistente o crime de heresia (ou seja, de doutrinas e/ou interpretações discordantes e/ou contrárias à doutrina e à interpretação oficial) (LACERDA, 2014, p. 181 *apud* SOUZA, 2017, p.80).

A laicização relaciona-se ao ordenamento jurídico, a regulamentação da religião que separa as instituições religiosas do Estado. Já a secularização pode ser entendida a partir do processo de mudança das sociedades modernas

com a racionalização do conhecimento e desenvolvimento da ciência que levaram a perda do domínio da religião na vida pública. Portanto, vamos adotar a compreensão do termo secularização no sentido de apropriação do Estado de bens e funções da igreja:

O termo secularização para Casanova foi adotado com o sentido de “apropriação pelo Estado ou por uma potência laica de bens ou funções que até então pertenciam ao domínio da Igreja” (CASANOVA, 1994, p.12 *apud* BAUBÉROT, 2011, p.286).

A secularização é um processo pelo qual pensamento, práticas e instituições religiosas perdem significação social. Os valores fundamentais que regem as sociedades modernas não derivam de preceitos religiosos. Os preceitos religiosos já não são mais, nas modernas sociedades secularizadas, a base da organização social (WILSON, 1969 *apud* RANQUETAT JR, 2008, p. 3).

B - O que é confessionalismo e proselitismo?

Confessionalismo é uma palavra derivada de confissão, utilizada no sentido de confessar, de reconhecer e declarar os próprios erros ou pecados. O termo tem origem no latim *confessio*, relativo a crença religiosa, ao ato de proclamar uma doutrina. Segundo o dicionário de Filosofia,

Essa palavra significa em geral, reconhecer uma coisa pelo que é [...]. É empregado em Santo Agostinho para indicar o reconhecimento de Deus como Deus (da verdade como verdade) quanto para indicar o reconhecimento dos próprios pecados como tais (ABBAGNANO, 2007, p. 204).

Já a palavra proselitismo, é oriunda do latim, *proselitus*, e significa “convertido”. Na sua aplicação prática, o proselitismo refere-se ao convencimento de pessoas ou grupos a uma determinada religião ou causa com o objetivo de se obter adeptos. O proselitismo:

Abrange um vasto leque de acções, decorrentes do direito mais vasto de manifestar as suas convicções religiosas, tentando convencer os outros (que beneficiam de direitos correspondentes como o de modificar as suas crenças) da verdade e benefícios das respectivas convicções (GUERRERO, 2005, p.177 *apud* SANTOS, 2010, p. 3).

C - Como a laicidade se manifesta no Brasil?

O princípio da laicidade no Brasil, remonta às discussões do final do século XIX, que foram incorporadas pela legislação republicana pelo Decreto 119-A, de Ruy Barbosa, e pela Constituição de 1891, como fica claro no seu artigo 72, “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891, Art. 72, § 6º).

O regime de laicidade prevaleceu nas legislações seguintes, assim como na Constituição Federal de 1988 que deixa claro, tanto em seu artigo 5º quanto no artigo 19º, a separação entre Estado e religião e o direito à liberdade de crença e de culto. Como exemplo, citamos o parágrafo VI do art. 5º, este determina que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (BRASIL, 2017, p. 17).

Porém, é importante ressaltar que alguns estudiosos da área afirmam que o Brasil se encontra em um regime de quase laicidade, devido à forte disputa e presença das instituições no campo político. Giumbelli questiona a ideia de laicidade no Brasil quando afirma que, “a ideia de ‘nação laica’ seja uma dimensão questionável e controversa até hoje para a compreensão das características religiosas do Brasil” (GIUMBELLI, 2012, p.4).

2. DIVERSIDADE, PLURALISMO E TOLERÂNCIA: A ESCOLA BRASILEIRA EDUCA?

“Não concordo com uma única palavra do que dizes, mas lutarei até a morte pelo teu direito de dizê-las”

Voltaire

Com esta frase, atribuída ao filósofo iluminista francês, Voltaire, abre-se as portas para a discussão sobre os direitos individuais dos cidadãos em uma sociedade democrática e plural. Entre esses direitos estabelecidos na carta constitucional brasileira, está o direito à liberdade de consciência e de crença que nos remete ao princípio da tolerância como elemento constituinte de uma cultura de paz em um mundo marcado pela guerra, pelas diferenças e pela intolerância. O mundo é marcado pelas diferenças, pela diversidade e pelo pluralismo em diversos campos e áreas: religioso, linguístico, étnico, cultural ou de pensamento, portanto a diferença não deve constituir-se em um problema, mas em um caminho para a construção de uma sociedade de paz e tolerância, que contribua para o desenvolvimento da democracia. As relações do “eu” com o “outro”, tradicionalmente marcadas por conflitos e exclusões, por visões de superioridade e inferioridade, ainda estão presentes em diversas sociedades em pleno século XXI. Portanto, cabe a escola em seu papel educar para romper as barreiras desses conflitos, reduzir as distâncias que separam o “eu” do “outro”.

Imagem 2 - Estado: entre a laicidade e a intolerância



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/09/20/chargista-repudia-acao-polemica-de-vereadores-em-escola-intimidacao-nao-vai-nos-calar.ghtml>.

Voltaire, em sua celebre frase, defende as liberdades básicas do indivíduo como seu direito à fala, à expressão, à sua liberdade de pensamento e de manifestação. A charge acima, fundamenta as ideias do filósofo, pois é uma crítica a intolerância e a falta de liberdade de expressão, até mesmo no ambiente escolar onde deveria ser ensinada e defendida. Assim como Voltaire, outros autores buscaram explicar e defender os direitos básicos dos seres humanos, para esclarecer o significado de tolerância e sua importância começamos com

o autor em questão, mas utilizaremos como referências principais o filósofo Habermas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração Mundial de Princípios sobre a Tolerância para compreendermos o princípio da tolerância.

Para Habermas (2007), a tolerância religiosa é precursora dos direitos religiosos e culturais dos indivíduos e o Estado democrático deve garantir esses direitos. Para este autor, a diversidade, neste caso religiosa, e o pluralismo devem ser orientados para a coexistência pacífica, para igualdade de direitos e para o respeito mútuo:

A imparcialidade dos argumentos reflexivos, tecidos, seja em prol da aceitação, seja a favor da recusa, é assegurada, por meio de um procedimento inclusivo de formação deliberativa da vontade, o qual exige, da parte dos participantes, respeito recíproco, bem como a assunção das perspectivas um do outro. A isso corresponde um mandamento de neutralidade dirigido ao Estado, que passa a oferecer, a seguir, a base normativa para a generalização dos direitos religiosos e culturais (HABERMAS, 2007, p. 286).

A neutralidade do Estado nos leva ao entendimento do que é o Estado laico, imparcial e normativo. Através da construção de uma sociedade laica, é possível conquistar estes três princípios: “a liberdade religiosa, o pluralismo e a tolerância” (RANQUETAT, 2008, p.04). Ou seja, é pela relação de autonomia ou de emancipação do Estado sobre a esfera religiosa que se pode promover uma sociedade mais igualitária e tolerante, com maior liberdade para seus cidadãos.

Então, são os princípios da igualdade, liberdade e da tolerância que devem embasar a educação brasileira, claro, assim como outros princípios constitucionais brasileiros e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Mas, tomaremos apenas estes três como referência, pois através deles pode-se compreender a necessidade de construção de uma sociedade que valorize os direitos fundamentais dos seres humanos, da necessidade de constituição de um Estado democrático para o estabelecimento de garantias de direitos individuais e da liberdade de crença, e que é através da educação da

escola o caminho pelo qual podemos consolidar estes direitos e garantir sua prática, não apenas pela força da lei, mas pela assimilação de valores em que a diversidade não seja motivo de conflitos e no qual o outro é visto como igual em direitos e liberdade. A escola exerce um forte papel na formação de uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã. E a DUDH, como texto base da defesa dos direitos humanos, deve ser lido, conhecido e aplicado no espaço escolar, pois é “(...) objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades (...)” (DUDH, 2009, p. 4).

Café & outras histórias

A luta pelo Direitos Humanos é um embate mundial, defendido por grupos políticos, ONG's, governos, associações, sindicatos, artistas e pessoas comuns por todo o globo. Mas, diariamente, esses direitos são violados em diversos campos: contra pessoas com deficiências, contra o idoso, o imigrante, as crianças e adolescentes, contra a população carcerária, a liberdade, os grupos LGBT ou contra as manifestações religiosas.

Consulte os sites abaixo para pesquisa:

Como o Brasil lida com os direitos Humanos?

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-o-brasil-lida-com-os-direitos-humanos/>

Dados sobre a discriminação religiosa e outras formas de violação dos direitos humanos:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>

Secretário-Geral da ONU, António Guterres, pede respeito aos direitos humanos:

<https://nacoesunidas.org/desrespeito-aos-direitos-humanos-e-doenca-afirma-guterres/>

A DUDH foi elaborada entre 1946 e 1948, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que o mundo presenciou o desrespeito à dignidade humana e práticas genocidas, não foi uma exclusividade desse momento histórico, mas pela magnitude desse conflito bélico, ganhou maior repercussão na História e na memória mundial. O documento foi ratificado em 1948, por 48 países, hoje a ONU, órgão responsável pela elaboração do documento, conta com 193 países signatários e defende nos seus 30 artigos, os direitos básicos da humanidade. No caso desta proposta, alguns artigos são mais importantes e interessantes de serem analisados: art. I, II, III, XVIII, XIX, XXVI, XXIX e XX. Vejamos alguns destes:

Artigo XVIII - Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Artigo XIX - Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (DUDH, 2009, p. 10).

Este documento é a base em diversos países para a garantia dos direitos fundamentais à vida, à liberdade e à igualdade. Porém, é válido ressaltar que, mesmo entre os países signatários, os direitos essenciais várias vezes são vilipendiados tanto no convívio social quanto pelos órgãos e instituições do Estado. Os atos contra os direitos e a dignidade humana vem crescendo nos últimos dez anos, como apontam os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (site disponível na aba Café e outras histórias). Zeid Ra'ad Al Hussein, alto comissário da ONU, fez um alerta em seu discurso durante a 34ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos: “Sem o compromisso fundamental aos direitos humanos, à dignidade, ao valor da pessoa humana e à igualdade de

direitos dos homens e mulheres em grandes ou pequenas nações, nosso mundo se transformará num caos de miséria e guerras”².

Já a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, proclamada e assinada em 1995, fundamenta-se na própria DUDH e em vários outros documentos internacionais que defendem os “direitos fundamentais do homem”, traz em seu texto o significado de tolerância e assim a descreve no artigo 1º:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de PAZ (DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA, 1997, p. 11).

A tolerância, portanto, é a base do respeito à diversidade e do pluralismo, é o sustentáculo dos governos democráticos que reconhecem a necessidade dos direitos humanos como o caminho para reduzir as desigualdades, a miséria, os conflitos e as guerras.



Documentos para download:

Declaração Universal dos Direitos Humanos

<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>

Declaração dos Princípios Sobre a Tolerância e Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância

<http://www.oas.org/en/council/AG/ResDec/>

² Disponível em: <https://nacoesunidas.org/desrespeito-aos-direitos-humanos-e-doenca-afirma-guterres/>. Acesso em: 05/10/2019.

É por meio da tolerância que se pode encontrar um caminho para o fortalecimento do Estado democrático, do respeito à dignidade humana e da cidadania. Para Habermas “o Estado democrático alimenta-se de uma solidariedade de cidadãos que se respeitam reciprocamente como membros livres e iguais de uma comunidade política” (HABERMAS, 2007, p. 9), pois o Estado democrático é a convivência dos diferentes e não um projeto de homogeneização. É a garantia do direito de cidadania do indivíduo, dos princípios mais básicos como da justiça, da liberdade e da igualdade.

Imagem 3 - E assim caminha a religiosidade...



Fonte: <http://veshamegospel.blogspot.com/2009/09/charge-do-veshame-e-assim-caminha.html>.

A educação brasileira deve percorrer os caminhos da laicidade no ambiente escolar, espaço de construção do conhecimento científico, para promover a cidadania, a justiça e a liberdade por meio da tolerância. Para que isso aconteça, é necessário dedicação e planejamento da rede de ensino, das escolas e dos educadores, pois é função da educação e da escola, de todos os

funcionários, preservar os direitos básicos dos cidadãos e assim construir uma cultura da tolerância.

Café & outras histórias

Para entender a cidadania:

O conceito de cidadania surgiu na Grécia antiga para designar os direitos dos cidadãos da polis. Mas o termo se renova constantemente e adquire significados mais amplos com as transformações sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo.

Leia:

Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem/>

&

Por que é Importante Falarmos em Cidadania?

<https://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/>

3. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

A. História das Religiões: O Primeiro passo é Planejar!

A proposta deste material é fornecer aos professores mais uma ferramenta que os auxilie no processo de ensino-aprendizagem, apresentando um conjunto de propostas pedagógicas para os professores de História e de Ensino religioso para servirem de orientação da sua prática educacional. Estas propostas devem romper a perspectiva tradicional de educação, visto que já não atende mais as necessidades das crianças e jovens do século XXI, e propor uma educação inovadora, não apenas no uso de tecnologias, mas, principalmente, uma educação que coloca os educandos como sujeitos ativos do processo de ensino-aprendizagem, voltada para sua formação integral como cidadãos ativos da sociedade. Uma proposta coerente com as pesquisas que fundamentam este trabalho de forma a pensar uma educação voltada para a “pedagogia racional” bourdiana.

Para o filósofo Bernado Toro, o que se ensina é fruto da sociedade, uma decisão nacional de acordo com seu contexto histórico, e a sociedade deve delimitar o que deve ser ensinado. “Não apenas conhecimentos acadêmicos, mas quais narrativas, tradições, símbolos e habilidades se quer passar para a próxima geração. Sem essa seleção não há uma mudança” (TORO, 2019 *apud* SALAS, 2019). Isto é, mais do que transmitir saberes científicos, teorias e fórmulas de uma dúzia de disciplinas e que, na maioria das vezes, não terão utilidade prática no cotidiano, cabe ao professor reduzir os efeitos da reprodução das desigualdades que se perpetuam na escola e favorecer ao educando

desenvolver competências cognitivas e socioemocionais. É preciso pensar a prática educativa e engajar-se no fazer pedagógico, que vai desde o observar, o planejar até o executar para atingir os objetivos da formação integral dos educandos. Tarefa nada fácil, mas possível. O professor é demasiado importante para romper esse modelo reprodutivo do conhecimento academicista, porém, em hipótese alguma queremos diminuir a importância desta prática para o processo de ensino, entretanto, isoladamente e seccionado não será suficiente para a formação do cidadão, do ser humano em suas múltiplas habilidades. Então, vamos pensar o planejamento das aulas voltadas para o ensino de história das religiões com o intuito de desenvolver as habilidades dos alunos.

Por que essa preocupação em desenvolver novas habilidades nos educandos? Compreende-se que os alunos do século XXI possuem um perfil diferente dos educandos de outros momentos históricos anteriores, devido as mudanças provocadas pelas transformações socioculturais e pelo uso das tecnologias digitais. Este aluno, sujeito ativo e cognoscente, constrói o conhecimento através das relações que estabelece com o meio, em contato com as pessoas em diferentes espaços, como a escola, e os internaliza. Portanto, cabe a escola possibilitar o desenvolvimento da dimensão cognitiva, mas também a dimensão interpessoal, intrapessoal e socioemocional. Abaixo podemos identificar as 10 competências gerais da nova BNCC, que podem orientar os educadores no processo de planejamento.

Imagem 4 - Quadro de competências gerais da nova BNCC



Fonte: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/futuro/novas-competencias-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/79>

A nossa proposta está mais relacionada com as competências socioemocionais. É comum confundi-las com as da BNCC. Mas, as socioemocionais estão inseridas nas da BNCC, então se, “não podemos pensar só nas socioemocionais, as outras também são muito importantes como, por exemplo, cultura digital, repertório cultural. Não existe hierarquia do que é mais importante, tudo faz parte da educação integral. A dica é: trabalhe as competências gerais que você trabalhará as socioemocionais”³. A seguir temos o quadro das principais

³ Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2194/qual-e-a-diferenca-entre-as-competencias-gerais-da-bncc-e-as-socioemocionais>. Acesso: 15/02/2020.

competências socioemocionais, as quais visam mais que o desenvolvimento cognitivo, mas também as dimensões comportamentais e de relação dos indivíduos, possibilitando a formação para o respeito ao próximo e a tolerância.

Imagem 5 - Quadro das competências socioemocionais.



Fonte: <https://www.psicoedu.com.br/2017/05/cinco-competencias-essenciais-na-educacao-emocional.html>.

Mas planejar com fundamentação nas competências requer do professor estar preparado para colocar o aluno como protagonista da aprendizagem, estabelecendo diversas relações que possibilitem um ambiente rico para aprender e interagir. O professor do século XXI deve preparar-se para o ensino colaborativo, por isso a importância de estar em constante formação para compreender as diferentes dimensões da formação do educando, para se reinventar e reelaborar estratégias didáticas, planejar suas aulas e definir os objetivos didáticos. Além disso, ter domínio das tecnologias digitais, pois torna-

se uma importante ferramenta de aprendizado com a qual muitos alunos já estão familiarizados ou precisam se acostumar. Afinal, um dos objetivos da educação é reduzir as desigualdades e o professor exerce um papel crucial de possibilitar e consolidar a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e tolerante.

B. Segundo Passo: Compreender o que é o Fenômeno Religioso

Discutir o fenômeno religioso é uma questão cada vez mais complexa, isto porque a diversidade, pluralidade, o hibridismo são características da religiosidade do mundo atual. A religiosidade é um fenômeno que se apresenta na história da humanidade desde os seus primórdios e é inerente a própria natureza humana, pois está presente no ser humano e na forma como se relaciona com o Transcendente e o divino. É um dos aspectos que constitui a natureza humana desde sua origem até a contemporaneidade. Mas, o que é a religião?

Palavra de origem latina que fazia parte do cotidiano romano, tanto para os pagãos quanto para os cristãos, com sentidos controversos. Azevedo (2010) ao analisar os textos de Cícero, Lactâncio e Santo Agostinho, descreve dois usos para o termo *religio*. Primeiro, a etimologia de *religio* no sentido de *relegere*, relaciona-se a atenção escrupulosa aos deuses, ao respeito e cuidado, era a escuta atenta, indicava um conjunto de regras. Segundo, o termo *religio* está associado a palavra *religare*, no sentido de ligar ou religar os laços com Deus, aqui já adquirindo características de superioridade, de ligar-se ao verdadeiro Deus, a verdadeira religião. É este sentido de *religio* que predomina na cultura ocidental. Dessa forma:

Antes de designar a “verdadeira” religião, nos parece que o termo religio, enquanto observância escrupulosa do rito, enquanto um zelo constante em relação aos deuses, dizia respeito aos atos do próprio cotidiano; cotidiano que, por sua vez, deveria se configurar por esse cuidado constante em relação aos deuses. Talvez essa característica explique porque, inicialmente, religio era um termo ordinário do vocabulário romano; pois, parece-nos que todos os atos faziam parte do âmbito de religio. Ao passar a designar a “verdadeira” religião, o termo necessitava de uma distinção em relação à prática já existente, necessitava de uma significação e de uma delimitação exatas. Assim, os domínios do sagrado e do profano precisavam ser determinados para contribuir com a clara definição daquilo que era “realmente” religião (AZEVEDO, 2010, p. 92).

O conceito de religião deve estar orientado para a compreensão de um sistema simbólico e ideológico “de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos”⁴. E como parte da cultura humana o estudo da História das Religiões deve levar em conta fenômenos religiosos em sua complexidade histórico-cultural. Lembre-se que definir a religião é uma tarefa muito complexa, que permeia diferentes elementos de cada uma das manifestações religiosas e, portanto, adotamos essa concepção de religião como forma de facilitar o entendimento.

Ao levar a obra, “**O Livro das Religiões**” (2000), de Jostein Gaarder, você se depara com uma explicação simples para descrever as origens das religiões a partir da inquietação dos seres humanos, curiosos e ávidos por entender o mundo a sua volta, o autor atribui as origens a essa curiosidade, as chamadas questões existenciais que nos fazem tentar explicar e compreender de onde viemos, quem somos, porque estamos no mundo, para onde vamos. É a cosmogonia, a intenção de explicar a origem do mundo, do universo, dos cosmos, um dos elementos base das experiências religiosas. Ou ainda, tentar explicar ou construir os valores que alicerçam a comunidade em que se vive, num determinado contexto histórico e social. É através desta linha de pensamento, que

⁴ Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf. Acesso: 3 fev. 2020.

Gaarder (2000) buscou compreender a origem das religiões, sem reducionismos de base econômica ou o desenvolvimento religioso inspirado no darwinismo. “Nas modernas ciências da religião predomina a ideia de que a religião é um elemento independente, ligado ao elemento social e ao elemento psicológico, mas que tem sua própria estrutura” (GAARDER, 2000, p. 15).

Outro termo significativo para o estudo das religiões é a palavra sagrado. Oriundo do latim, *sacrare* “para santificar, consagrar; mantenha sagrado, immortalize, separe (...)”, “o sagrado: é o oposto do profano. Em seguida, põe-se a considerar o significado original dessas palavras. Sagrado indica algo que é separado e consagrado; profano denota aquilo que está em frente ou do lado de fora do templo” (GAARDER, 2000, p. 18). O sagrado se manifesta, se revela para além daquilo que é, ou seja, um objeto, uma pessoa, um elemento da natureza, não é apenas a sua característica comum, como sagrado ele torna-se algo mais, sem deixar de ser o que é em essencial. Agora ele torna-se sagrado, separado, immortalizado, reverenciado, “está saturado de ser” (ELIADE, 1992, p. 13-14). Ainda,

O que nos interessa, acima de tudo, é apresentar as dimensões específicas da experiência religiosa, salientar suas diferenças com a experiência profana do Mundo. Não insistiremos sobre os inumeráveis condicionamentos que a experiência religiosa no Mundo sofreu no curso do tempo (...) Há, portanto, uma diferença de experiência religiosa que se explica pelas diferenças de economia, cultura e organização social – numa palavra, pela história (ELIADE, 1992, p.16).

É a experiência do homem religioso com o sagrado que deve ser estudada pela História da Religiões, para compreender como o ser humano se relaciona com deus ou com os deuses, como vê o mundo, como celebra suas festividades, quais os seus ritos, símbolos e crenças. O estudo das religiões torna-se é cada vez mais importante num mundo globalizado e multicultural, através do seu conhecimento e do respeito às manifestações religiosas pode-se pensar em uma sociedade mais democrática e igualitária, que defende a liberdade religiosa.

C. Propostas Teórico-Methodológicas

As propostas teórico-metodológicas organizadas a seguir, foram elaboradas a partir da análise dos documentos legais sobre a área de conhecimento de Ensino Religioso e História, com o intuito de promover uma educação laica, orientada para o respeito a diversidade religiosa e para a tolerância, e pelo estudo das obras de Eliade, “História das crenças e das ideias religiosas” (2010) e “O sagrado e o profano” (1992), e Gaarder, “O livro das religiões” (2000). Com base nestes estudos, elaboramos uma orientação de conteúdos para que a História das Religiões e o fenômeno religioso possam ser melhores trabalhados na escola. Seguimos a divisão em sete conteúdos: Organizações Religiosas, Lugares Sagrados, Textos Sagrados orais ou escritos, Ritos, Símbolos Religiosos, Vida e Morte. Estes conteúdos podem ser trabalhados pelos professores de forma isolada, inseridos nos conteúdos da disciplina de História ou para a disciplina de Ensino Religioso.

I. Das organizações religiosas

O objetivo deste tópico é entender o que são as organizações religiosas e como elas se estruturam, “um aspecto importante em todas as religiões é a irmandade entre seus seguidores. Formam-se tipos específicos de comunidades regulamentadas e são nomeados representantes para dirigir o culto religioso” (GAARDER, 2000, p. 33). Portanto, quando um sistema religioso surge, ocorre um processo de estruturação no corpo social, nas formas como a sociedade se relaciona com o sagrado e se estabelecem as organizações desse sistema: lideranças, fundamentos de origem, regras e normas, hierarquia.

Alguns preceitos são fundamentais para compreender as organizações religiosas e os(as) professores(as) devem usar esses princípios como base. Primeiro, a organização religiosa possui uma fundamentação que se estabelece a partir de

suas doutrinas e dogmas oriundos de seu fundador e do mito de origem. Segundo, para que tenha continuidade e seja preservada, a organização estabelece regras e normas de convivência e funcionamento, que contribuem para os costumes sociais. O funcionamento da instituição, ocorre pela definição de papéis, de direitos e deveres e do estabelecimento de líderes. Lembrando que a figura dos líderes, apesar de diferirem em cada organização religiosa, está associada a de um guardião que transmite e preserva a palavra sagrada. “Por todos os seus comportamentos, o homem religioso proclama que só acredita no Ser e que sua participação no Ser-lhe é afixada pela revelação primordial da qual ele é o guardião” (ELÍADE, 1992, p. 50).

Sendo assim, vamos descrever algumas possibilidades que podem ser utilizadas pelos educadores.

CRISTIANISMO

Na tradição do monoteísmo cristão, o líder carismático é aquele que faz a revelação, é Jesus Cristo, o Messias enviado por Deus.

Hoje, o cristianismo apresenta-se dividido em muitas comunidades eclesiais, devido as divisões que ocorreram ao longo dos últimos dois mil anos. Sendo que diferentes cada uma delas possui organizações, doutrinas, ordens e atitudes sociais diferentes, segundo Gaarder (2000).

Abaixo temos algumas dessas igrejas e a sugestão dos conteúdos que podem ser inseridos:

a - Igreja Católica Apostólica Romana – Conteúdos: Império Romano; Reino dos Francos; Idade Média e o feudalismo; Cisma do Oriente, Reforma Protestante; Colonização do Brasil; Primeiro Reinado e Constituição de 1824.

- b - Igreja Ortodoxa – Conteúdos: Idade Média e o feudalismo; Cisma do Oriente; Guerra da Bósnia.
- c - Igrejas Protestantes (Anglicana, Luterana, Metodista, Batista, Calvinista, entre outras) – Conteúdo: Reforma Protestante; Expansão do capitalismo, Imigração para os Estados Unidos e para o Brasil no século XIX.

ISLAMISMO

O monoteísmo islâmico foi revelado pelo profeta Maomé (Muhammad), líder político e religioso, nascido por volta de 570 d.C, no seio de uma rica família de comerciantes. Realizou várias viagens através das quais, provavelmente, teve contatos e sofreu influências do judaísmo e do cristianismo. As revelações dos fundamentos do Islã foram enviadas por Alá (Deus) através do anjo Gabriel.

Após unificar o povo árabe sob a religião islâmica, tendo como marco desse processo a Hégira, no ano de 632 d.C, o islamismo também passou por divisões internas, sendo os dois grupos principais os xiitas e os sunitas.

O islamismo e sua organização podem ser trabalhados nos conteúdos:

- O mundo árabe e o islamismo;
- Os hebreus e o judaísmo – inserindo as origens do povo árabe a partir de Abraão e Ismael;
- Conflitos entre Israel e Palestina;

- Guerra da Bósnia;
- Descolonização afro-asiática (Palestina).

II. Dos lugares sagrados

Em “**O Sagrado e o Profano**”, de Eliade, o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, se propõe o termo hierofania, este bastante apropriado, pois não implica nenhuma explicação adicional pois exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico. Logo, o sagrado nos é revelado. Podemos dizer que a história das religiões, das mais desde as formas mais simples as mais elaboradas, é construída por um número considerável de hierofanias, por manifestações do sagrado. A partir da mais elementar hierofania – por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, urna pedra ou uma árvore – e até a hierofania suprema, que é, para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade. Encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo “de ordem diferente” – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo “natural”, “profano”. Estudar o sagrado e profano dentro das religiosidades torna-se o primeiro passo para o entendimento das religiosidades e seus elementos e da dissolução dos preconceitos enraizados no cidadão, jovem ou adulto.

CANDOMBLÉ

Os cultos afro-brasileiros tiveram sua organização muito recente, por volta do século XIX. Não é uma religião ética como o cristianismo e o islamismo, mas uma religião mágica e ritual. Diferente do que muitos autores ainda defendem, o candomblé é uma religião monoteísta que acredita em um único deus Olorum (Iorubás) ou Nzambi (bantos), dependendo da nação. Estas são as denominações do Deus Supremo e criador do mundo, nesses povos, e dele surgem os orixás responsáveis por “reger e controlar as forças da natureza assim como certos aspectos da vida humana e social” (Gaarder, 2000, p. 320).

O candomblé e sua organização podem ser trabalhados nos conteúdos:

- Reinos africanos antigos;
- Colonização do Brasil e a vinda dos escravizados;
- Primeiro Reinado no Brasil e o padroado;
- Era Vargas: cultura e sociedade.

O homem reconhece o sagrado pois este se manifesta como algo absolutamente diferente do profano manifestação do sagrado e funda ontologicamente o mundo, assim como todo espaço sagrado implica uma hierofania, que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente. O que se conhece das coisas está em nós, somos nós que damos o sentido ao mundo objetivando nossa realidade. Em suma, segundo o autor, o material sensível é o ponto que inicia as diversas formas simbólicas, que vão se transformando e recebendo sentido simbólico, como é o caso do Lugar Sagrado.

O Artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que “toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção,

assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos". Logo, a disciplina de Ensino Religioso e na proposta da disciplina de História, devemos estudar, entre outros elementos, os lugares sagrados, não apenas as igrejas como únicas formas de representações. Templo, Terreiro, Barracão, Círculo, Sinagoga, Mesquita, Natureza e Centro também devem ser incluídos. Tanto os homens quanto as mulheres de fé constroem locais para se conectarem com o Sagrado. Esses espaços são para a prática religiosa, possuidores de grande simbolismo, transformadores da paisagem e produzindo engajamento e integração de suas comunidades.

O estudo e pensamento fundamentados em Cassirer são fundamentais no entendimento de Lugar Sagrado, visto que o fenômeno cultural pode ser compreendido como uma ocasião de interação social, constituindo assim um campo de investigação, onde se revelam crenças, vivências e até uma identidade coletiva. Os **Lugares Sagrados** referem-se aos espaços construídos de significação, isto é, locais onde acontecem as manifestações religiosas: santuários, igrejas, templos, casas de orações, mesquitas. Diante disto, o que torna um **Espaço Sagrado** é a identificação e o valor atribuído a ele, ou seja, onde acontece a manifestação do divino. Em suma, Lugares Sagrados são simbolicamente lugares onde o Sagrado acontece.

Atividades propostas como:



Representação de diferentes espaços sagrados através de maquetes, pinturas, visitas e até mesmo a representação

dos locais em dramatizações para que os adolescentes possam passear e conhecer esses locais. Pode-se também convidar representantes das religiões para visitarem a escola e apresentarem seus costumes. O objetivo é a valorização o respeito a esses locais.

O xamanismo dos nativos do Brasil pode ser trabalhado em diversos momentos como:

Os povos indígenas do Brasil: culturas e modos de vida antes da colonização europeia

Ou ao tratar da dizimação de suas culturas em diferentes momentos como:

Era Vargas: a “Marcha para o Oeste” e a questão indígena.



III. Dos ritos

Outro elemento que deve ser constantemente observado no estudo da História das religiões, são as suas práticas simbólicas dos ritos, rituais e cerimônias religiosas que são adotadas pelas organizações religiosas. Os termos rito e ritual são:

[...] um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagem e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo. O uso do ritual é paralelo ao aparecimento da humanidade (SEGALEN, 2002, p. 31 *apud* SILVA, 2002, p. 2).

Nesse panorama, é possível supor que todo povo ou grupo social possuem eventos especiais e únicos. Contudo, cada rito ou ritual tem um significado diferente. Os ritos podem ser reconhecidos como algo que não se resume em repetições das coisas reais e concretas do mundo e sim no que pode ser materializado e simbolizado. Podem remeter ainda ao protocolo de boas relações entre povos e grupos. Segundo Turner (1974), uma coisa é observar as pessoas executando gestos estilizados e cantando canções enigmáticas que fazem parte da prática dos rituais, e outra é tentar alcançar a adequada compreensão do que os movimentos e as palavras significam para elas (TURNER, 1974 *apud* SILVA, 2002, p. 4).


Dessa forma, símbolos e ritos começam a se conectar. Os símbolos são polissêmicos, impregnados de sentidos que às vezes se unificam ou polarizam. Buscar identificar, comparar os significados, o valor e a importância dos ritos e rituais por meio de processos discursivos e simbólicos pode ser uma forma de aprendizado e conhecimento sobre diversas culturas e religiões, por meio de pesquisa sobre as diversidades, reflexão através de vídeos e valorização dos mesmos, sempre trabalhando o respeito e a tolerância. O uso desses ritos e rituais com sua diversificação e riqueza muito esclarece sobre o ser humano.

Atividades propostas como:

Visitação à Casa das Minas, um templo de tambor de mina localizado na Rua de São Pantaleão, no chamado Centro Histórico da cidade São Luís, capital do estado do Maranhão, ou

ao Centro de Cultura Domingos Vieira Filho, localizado na Rua do Giz, na mesma cidade.

Visitação a diferentes igrejas cristãs: católicas e protestantes para observação de seus ritos.



Portanto, o homem ao expressar e manifestar suas percepções sensíveis através de discursos, narrativas e símbolos que variam conforme a pluralidade de ações inseridas em cada ritual traz outros significados até então não conhecidos por eles. Nesse sentido, a metodologia de trabalho para um aprendizado e aproximação dos estudantes a esses rituais religiosos deve ser da maneira mais natural possível, inserindo-os em projetos e pesquisas a partir da instigação das crianças sobre o assunto. A visitação de alguns desses espaços para acompanhar seus ritos e rituais torna-se muito atrativa e envolve os estudantes. Outra alternativa, é convidar diferentes organizações religiosas para dentro da escola.

IV. Dos símbolos religiosos

Receando o desconhecido, as religiões começaram a serem criadas. Cada povo com seus próprios símbolos reforçando o sentido de identidade, alguns povos, civilizações desenvolveram sistemas simbólicos isolados, a deixarem por serem despercebidos ou de parecerem obscuros a quem está de fora. O teólogo Paul Tillich (1974) concluiu que a linguagem da fé é o símbolo, ao afirmar: “A fé, como a condição em que se está tomado por aquilo que nos toca incondicionalmente, não conhece outra linguagem a não ser a do símbolo” (TILLICH, 1974, p. 31 *apud* KLEIM, 2006, p. 76). O símbolo transforma objetos

comuns em incomuns, aproxima o indivíduo do seu deus ou deuses, traduz valores e passa a ter um “valor mágico”, de acordo com Eliade (2010).

Em vista disso, as pessoas só compreendem e expressam a fé e religiosidade num sentido bem amplo, valendo-se do visível para falar do “invisível”, do presente para falar do ausente, do humano para falar do divino, do imanente para falar do transcendente. O que sensibiliza o homem incondicionalmente precisa ser expresso por meio de símbolos, pois somente elas são capazes de tocá-los profundamente.

O vídeo "Os símbolos", de Rubem Alves, expressa os seguintes conceitos:

[...] eles têm a capacidade de costurar as nossas experiências;
[...] através do símbolo eu sou capaz de recuperar uma coisa que perdi;
[...] é uma imagem que mora dentro das coisas; no trigal da raposa morava um símbolo querido que era o pequeno príncipe;
[...] o Sacramento é um sinal presente de uma felicidade ausente.⁵

Os símbolos são a primeira e a principal forma de expressão religiosa, isso desde a Pré-História e religiões primitivas, visto que o ser humano só consegue compreender e expressar a sua fé utilizando-se do visível.

O símbolo é um elemento representativo, ou seja, visível, gráfico, que está naquele momento representando algo, podendo ser um objeto ou ideia. É um elemento essencial na comunicação dentro das religiões, sendo difundido nas mais variadas vertentes do saber humano. Sabemos que existem símbolos reconhecidos internacionalmente, outros apenas entendidos dentro de um determinado grupo ou religiosidade.

Dentro do contexto de ensino, é importante trabalhar na valorização dos símbolos das diversas religiosidades, pois através desse estudo,

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9z6hesYPIG4>. Acesso: 15/04/2020.

conscientiza-se a importância do respeito e familiarização das crenças evitando ou diminuindo a intolerância religiosa. Existem símbolos em religiões variadas que podem ser trabalhados em sala de aula com propostas de atividades em grupo como: pesquisa das origens dos símbolos e seus usos na história, projetos com pinturas e trabalhos artesanais e o uso artefatos e símbolos sagrados em forma de exposição. Dentre estes, podem ser cogitados:

➤ **CRUZ (Cristianismo)** 

- Adotado antes mesmo do cristianismo por diversas culturas pagãs, passou a ser de uso cristão para representar a morte de Cristo, principalmente, após o imperador Constantino abolir a crucificação como condenação no século IV. A cruz também simboliza Deus, Jesus e o Espírito Santo, nas pontas superior, inferior e laterais, respectivamente.

➤ **ESTRELA DE DAVI (Judaísmo)** 

- Duas pirâmides – uma apontando para cima e outra invertida – representam a união ou equilíbrio entre o céu e a terra. Diz-se que Davi, importante rei de Israel, mandava gravar o símbolo nos escudos de seu exército como amuleto de proteção. A partir daí, a estrela de Davi passou a ser identificada com o povo israelita.

➤ **LUA CRESCENTE COM ESTRELA (Islamismo)** 

- Um dos símbolos mais representativos da fé islâmica, é a lua crescente com a estrela. Representa soberania, dignidade, a renovação da vida e da natureza - numa referência ao calendário lunar, que rege a religião islâmica.
- A estrela representa os cinco pilares do islã: oração, caridade, fé, jejum e peregrinação.


- O símbolo foi adotado na bandeira do império turco-otomano e passou a ser identificado com os muçulmanos. Mesmo assim, muitos fiéis negam a utilização de qualquer símbolo para representar a fé islâmica.

➤ **Hamsá ou Mão de Fátima (Islamismo)** 

- Tal como são cinco os dedos das mãos, o hamsá representa os cinco pilares da fé. Fátima é o nome de uma das filhas do profeta Maomé - o profeta dos muçulmanos, que têm em Fátima um modelo para as suas mulheres, uma vez que acreditam que Fátima não tem pecados.
- Muito interessante observar que este símbolo também é utilizado por outras denominações religiosas com significados diferentes como o judaísmo, o catolicismo e o budismo.

➤ **O zulfiqar (Islamismo)** 

- A espada de Maomé é mais um importante símbolo do islamismo, que representa a distinção entre os conceitos de certo e errado. Maomé transferiu a arma para um grande guerreiro, que também era seu primo, chamado Ali e ao fazer isso disse a famosa frase: “Não existe nenhum herói, mas Ali; não existe nenhuma espada, exceto zulfiqar”.

➤ **OM (Hinduísmo)** 

- O “som do universo”, é considerado o corpo sonoro do Absoluto, *Shabda Brahman* é a forma escrita, em sânscrito, do principal mantra hindu. Os mantras são palavras, poemas ou textos entoados durante a meditação para auxiliar na concentração e invocar divindades. Vários textos dos Vedas – as escrituras sagradas hinduístas – começam com *Om* – pronuncia-se Aum – e significa “aquilo que protege”

➤ **YIN-YANG (Taoísmo)** 

- Estudando as sombras projetadas pelo movimento do Sol, os chineses montaram um tipo de infográfico indicando a duração de dias e de noites ao longo do ano. Esse equilíbrio, fundamental para a agricultura, passou a representar a importância dos opostos e a presença de um dentro do outro – bolinha preta na parte branca, e vice-versa.

➤ **KHANDA (Sikhismo)** 

- A espada de dois gumes no centro do círculo simboliza o Deus único, cuja infinitude e perfeição é representada pelo círculo. A espada da esquerda se refere ao poder espiritual cruzando o poder político, simbolizado pela espada à direita. O significado político, raro na simbologia religiosa, é resultado das perseguições sofridas pelos sikhs ao longo da história.

➤ **ESTRELA DE NOVE PONTAS (Fé Bahá'í)** 

- Essa religião persa, fundada em 1844, prega que as lideranças religiosas ao longo dos séculos, como Maomé e Jesus, são enviados de um mesmo Deus. A doutrina elenca nove religiões – representadas pelas pontas – que preenchem essa definição: sabeísmo, hinduísmo, budismo, judaísmo, cristianismo, islamismo, zoroastrismo, fé *babí* e fé *bahá'í*.

➤ **JUREMA SAGRADA (Catimbó)** 

- De uma variedade das Acácias, mas a Jurema, também conhecida como Mimosa Tenuiflora, floresce no nordeste brasileiro e tornou-se símbolo sagrado para os povos ameríndios. Da árvore se aproveita cascas, folhas e sementes que o catimbozeiro usa para práticas de cura. “Desse modo, o símbolo da árvore que liga o mundo terreno ao

do além, embora amarga (muito amarga...), dá sapiência aos que dela se alimentam, ganha novos significados, surgindo um mito com traços cristãos. Neste sentido a Jurema surge como a árvore que escondeu a “sagrada família” dos soldados de Herodes, durante a fuga para o Egito, ganhando desde então suas propriedades mágico religiosas”.⁶

Para mais informações acessar:

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-origem-dos-simbolos-religiosos/>

<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-islamismo/>

<https://joaobosco.wordpress.com/category/religiao-afro-candomble-e-umbanda/>

V. Da vida

A religião pode ser considerada um assunto de vida e morte, tanto em termos de suas próprias funções (batismos e funerais), mas também em assuntos existenciais. A frequência e julgamentos apressados e preconceituosos são feitos baseados em pouco ou nenhum conhecimento, pois em cada religiosidade o assunto vida e morte são tratados de formas diferentes. Nesse momento existe a necessidade da construção e divulgação dessas informações reflexivas e críticas de forma a garantir um conhecimento que conduza à compreensão sobre o assunto.

Carecemos aprender não apenas quantos são os muçulmanos ou cristãos no mundo, mas as diferentes formas e maneiras possíveis de crença de cada

⁶ Disponível em: <https://joaobosco.wordpress.com/category/religiao-afro-candomble-e-umbanda/>, Acesso: 02/04/2020.

um deles, por exemplo, assim como as diferentes crenças e grupos existentes como possibilidades de experiências religiosas que conferem sentido à vida e à morte. Em quase todas as religiões as experiências religiosas transcendentais ou divinas estão relacionadas diretamente ao sentido vida-morte, e sobre isso podem ser encontradas definições, tanto nos monoteísmos quanto nos politeísmos, procurando combater a desesperança e ocupando um grande espaço na realidade cotidiana de nosso tempo.

VI. Da morte

As relações dos seres humanos com a morte são tão antigas quanto o próprio ser humano e elas foram se modificando na medida que as sociedades se transformavam ao longo da História. Assim como há a necessidade de explicar as origens, também existe a necessidade de explicar o fim, a morte. E o mais interessante nas diferentes culturas, é que a morte não é o fim, mas um ritual de passagem. Relaciona-se ao desconhecido, aquilo que não é possível de ser explicado pela ciência, para qual a morte é só a deterioração do corpo, e com uma forma de consolo para àqueles que ficam, que precisam lidar com a perda de um ente querido. É o próprio drama humano, o drama da finitude. “As religiões costumam ter ideias diferentes sobre a *salvação*. Algumas creem que o homem pode ser salvo por um poder divino, ao passo que outras afirmam que ele deve resgatar a si mesmo — e para isso indicam uma variedade de métodos” (GAARDER, 2000, p. 24).

As diferentes culturas explicam esses ritos de passagem. Para os vikings existia a diferença entre a morte comum e a morte do guerreiro em batalha. “O ideal guerreiro da era dos vikings se espelha na crença que tinham no Valhala, onde os heróis lutam suas batalhas e morrem durante o dia, voltando novamente à vida durante a noite” (GAARDER, 2000, p. 23). Entre os cristãos, alguns judeus e islâmicos, crê-se na ressurreição e na vida eterna. O budismo fundamenta-se no renascimento espiritual, ensina os caminhos para o controle da mente, para evitar

o mal, a prática do bem e purificação do pensamento. Ao praticar as virtudes e os exercícios ióguicos, o indivíduo caminha para a sua libertação, “[...]o ‘merecedor’ (*arhat*), purgado de todas as impurezas e paixões, dotado de saberes naturais e de poderes maravilhosos (*siddhi*), alcançará o nirvana no momento que sua vida chegar ao fim” (ELIADE, 2011, p.97). Assim, o espírito volta constantemente a outros corpos, num processo de crescimento espiritual.

A reencarnação budista se assemelha com o espiritismo, pois a alma tem a possibilidade de transcender e evoluir em diferentes estágios, ao retornar ao corpo (no budismo, corpo humano ou animal, e no espiritismo, somente corpo humano).

Entre os egípcios predominava a crença em uma espécie de “alma”, chamada de *ka*, que continuava após a morte. Os egípcios faziam a mumificação para conservar o físico que ligava-se a “*ka*”, por isso também enterravam os objetos nas tumbas para que o morto pudesse usufruir deles e se conectar com o corpo.

Em religiões africanas, como o Candomblé, morrer “é uma mudança de estado, de plano de existência; fazendo parte do ciclo, ao mesmo tempo religioso e vital, que possui início, meio e fim” (BANDEIRA, 2010, p. 51). Aqueles que estão no plano terreno devem cumprir seus papéis, a sua missão, ou vagarão entre o céu e a terra. Morrer é passar para outra dimensão e permanecer junto com os outros espíritos, orixás e guias.

As possibilidades de estudos sobre a morte em diferentes culturas também são imensas, aqui citamos apenas algumas visões religiosas. Para um estudo mais aprofundado e uma visão tolerante e respeitosa nas variantes de cada religiosidade, é sugerido um estudo com os alunos sobre cada religiosidade e de como algumas delas podem ser parecidas ao mesmo tempo que tem suas individualidades e contrastes. Como disse Mahatma Ghandi, “A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos senão uma parte da verdade e sob ângulos diversos”⁷

⁷ Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTIyMQ/>

D - Encaminhamentos Possíveis

Neste momento descreveremos algumas sequências didáticas que podem ser usadas por professores de História e Ensino Religioso, de preferência na perspectiva interdisciplinar com as outras áreas do conhecimento. Os planejamentos aqui elaborados seguem os eixos temáticos apresentados anteriormente: Tolerância, Fenômeno Religioso, Organizações Religiosas, Lugares Sagrados, Textos Sagrados orais ou escritos, Ritos, Símbolos Religioso, Vida e Morte. Apresentaremos também propostas com o uso de diferentes recursos tecnológicos, mesmo sabendo das dificuldades das escolas públicas, mas reconhecendo a necessidade de permitir que os educandos tenham acesso a essas tecnologias como forma de democratização do ensino. Apenas algumas poucas escolas públicas apresentam laboratório de informática e outros recursos digitais, por isso apresentaremos também outras alternativas que substituem esses recursos.

A primeira aula proposta é justamente sobre a tolerância e o respeito a diversidade religiosa, este tema de aula deve ser adotado em diferentes momentos da vida escolar dos alunos para que os mesmos compreendam as diretrizes básicas da igualdade, da liberdade religiosa, do respeito ao próximo, ou seja, que demonstre empatia ao outro, que construa relacionamentos positivos e reduza os conflitos, seguindo as orientações das competências socioemocionais.

Aula 01 – Religião e tolerância: em defesa da tolerância religiosa:

Conteúdo:

- A teoria de tolerância religiosa de John Locke – Iluminismo.

Habilidades e competências:

- identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo, discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo;
- problematizar a temática relacionando a história com situações cotidianas;
- identificar os conceitos de liberdade religiosa e tolerância em John Locke, relacionando com seu contexto histórico;
- analisar casos de intolerância religiosa, desenvolvendo propostas que combata essa prática.

Metodologia:

- 1º momento – sensibilização/problematização: charge – visões de religiosidade:
- exibição da temática da aula;
 - exposição e contagem da charge problematizadora;
 - após a leitura da charge, o(a) professor(a) suscitará algumas questões para o processo de problematização, exemplo:
 - por que roberto não aceitou a sugestão de Luce? O que significa ser intolerante?

- por que Luce afirmou que Roberto estava sendo intolerante? Ele realmente estava? Por que? Vocês já presenciaram alguma situação parecida?
- o(a) professor(a) listará no quadro, em tópicos, algumas palavras-chaves dos comentários realizados pelos alunos.

2º momento – problematização/investigação: como combater as diferentes formas de intolerância religiosa?

- inserção da problemática – após interpretação da charge relacionando com o contexto de vivência dos alunos, a professora irá sugerir aos alunos que pensem em formas de combate a esse tipo de prática de intolerância;

3º momento – conceituação: a teoria da tolerância de John Locke.

- após o debate, a professora esclarecerá que a preocupação com a intolerância não é atual, pois existe desde a Grécia antiga atravessando a história, dentre os filósofos que abordaram, está John Locke e a teoria da tolerância:
- apresentação do contexto histórico em que John Locke estava inserido;
- o que a teoria da tolerância e qual sua funcionalidade? A influência de John Locke na organização atual sociedade.

4º momento – contextualização/ verificação de aprendizagem: desafio – pensar práticas de tolerância.

- em dupla e com o celular, o aluno deverá acessar o código disponibilizado, através deste terá acesso a uma reportagem e desafio;
- a dupla deve ler a reportagem e pensar práticas educacionais que auxiliariam no combate a intolerância;
- finalizando a aula com a exposição da proposta dos alunos.

Recursos:

- power point (também pode ser usado o canvas ou o prezi. Na ausência de data show ou tv, pode ser usado cartaz ou folhas impressas afixadas na lousa);
- data show (a tv também pode ser usada para apresentação na sua ausência);
- quadro e pincel;
- qr code (o material pode ser levado impresso ou usando o link no laboratório de informática);
- google forms (o material pode ser levado impresso ou usando o link no laboratório de informática);
- celulares.

Atividade para casa:

- questões socrative (pode ser usada uma atividade impressa disponibilizada para cada aluno.
- pesquisar e registrar no caderno: formas de combate a intolerância religiosa usada em escolas brasileiras.

Nessa primeira aula pretende-se construir um ambiente propício para a percepção dos educandos do respeito a diversidade em suas mais diferentes formas, mas, principalmente, a diversidade religiosa. Além de entender o que é a tolerância e qual a sua importância, os educandos são levados a pensar e desenvolver ações para combater a intolerância no espaço escolar.

SUGESTÃO DE PESQUISA PARA AULA

Imagem 6 - Charge problematizadora



Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/74/ensino-religioso-e-escola-publica-uma-relacao-delicada>.

Texto para desafio:

Converter em QR code (sugestão de site: <https://criar.io/br/ferramentas/gerador-de-qrcode>)



https://www.geledes.org.br/fe-desrespeitada-dificuldade-no-combate-intolerancia-religiosa/?gclid=CjwKCAjw_qb3BRAVEiwAvwq6Vk40VSgKCrZfJNU5EA-ayU6qjFLUN9LotOIYIht7kz-FRjLtE89YOAxoCEYkQAvD_BwE

Aula 02 – Religião egípcia: politeísmo e escatologias

Conteúdo:

- Politeísmo e religiosidade egípcia.

Habilidades e competências:

- Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade, analisar os significados dos mitos de fundação;
- Interpretar as imagens egípcias – visões da vida após a morte;
- Problematizar a temática relacionando com as religiões da convivência dos alunos;
- Identificar os conceitos do politeísmo, monoteísmo, cosmogonia e escatologia;
- Analisar visões sobre a crença na vida após a morte em diferentes religiões atuais.

Metodologia

1º momento – sensibilização/problematização: gravuras egípcias

- exibição da temática da aula;
- exposição e discussão das imagens problematizadoras;
- após a leitura da charge, o(a) professor(a) suscitará algumas questões para o processo de problematização, exemplo:
- quais as características das figuras identificadas nas duas primeiras imagens?
- o que representa as figuras com corpo humano e cabeça de animal?

- quais símbolos e rituais podem ser identificados na imagem?
- o(a) professor(a) listará no quadro em tópicos algumas palavras chaves dos comentários realizados pelos alunos.

2º momento – problematização/investigação: qual a relação com a vida após a morte da religião egípcia e outras religiões?

- inserção da problemática – após interpretação das imagens relacionando com o conhecimento religioso dos alunos, o(a) professor(a) irá sugerir aos alunos que identifiquem como é a relação com a vida após a morte nas religiões que eles conhecem.

3º momento – conceituação: politeísmo x monoteísmo; vida após a morte.

- após o debate, o(a) professor(a) explicará as diferenças entre os dois termos:
- descrevendo as características da religião politeísta egípcia;
- o que são os mitos escatológicos e cosmológicos.

4º momento – contextualização/verificação de aprendizagem: pesquisar as crenças na vida após a morte em diferentes religiões.

- em trio e com o celular o aluno deve acessar o link de pesquisa
- o trio deve ler o texto e pesquisar uma das religiões que lhe foi sorteada;
- finalizando a aula com a exposição das crenças na vida após a morte identificadas pelos alunos.

Recursos:

- Power point – data show;
- Quadro e pincel;
- Link de pesquisa e google;
- Celulares.

Atividades para casa:

- Pesquisar e registrar no caderno: mitos escatológicos das diferentes religiões.

Nesta proposta, os alunos poderão identificar que as diversas religiões possuem os seus mitos de origem (cosmogonia) e de crença na vida após a morte (escatologia), inclusive perceber que existem, em algumas delas, semelhanças que podem ser associadas aos contatos entre os diferentes povos e culturas.

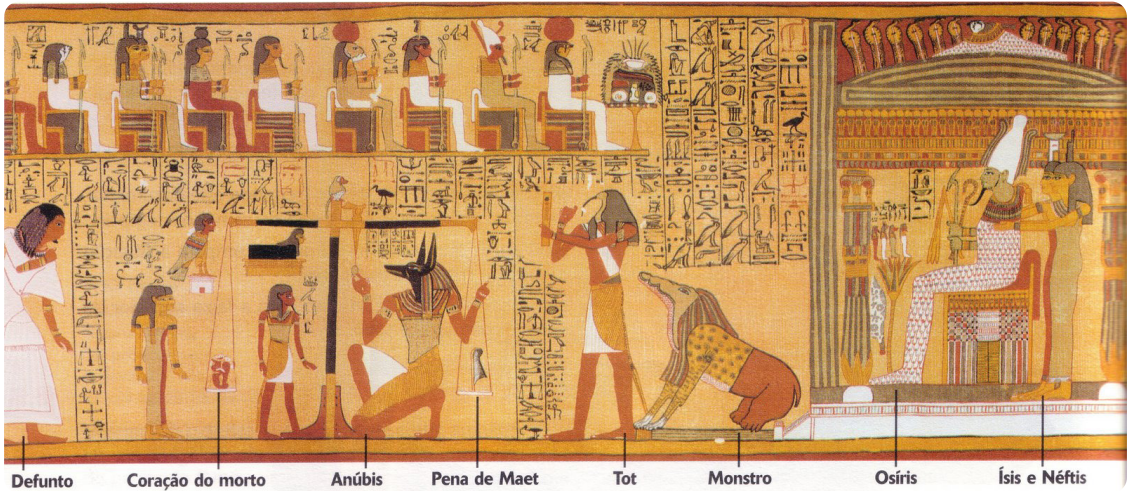
SUGESTÃO DE PESQUISA PARA AULA

Imagem 7 - Abertura da Boca (uep-rá)



Fonte: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/egito/p3.php>

Imagem 8 - O julgamento da alma



Fonte: <https://sites.google.com/site/lehist09/home/idade-antiga/civilizacao-egipcia/religioegipcia>

Link de pesquisa:

<https://casa.abril.com.br/bem-estar/a-vida-apos-a-morte-e-suas-distintas-interpretacoes/>

Aula 03 – Reformas protestantes: diversidade e conflitos

Conteúdo:

- Reformas Protestantes.

Habilidades e competências:

- Habilidades e Competências (Objetivos)
- Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América;
- Identificar o contexto, a finalidade, o assunto e os interlocutores em textos orais presentes no cinema, na internet, na televisão, entre outros;
- Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais, sociais e políticos no mundo contemporâneo;
- Analisar as correntes de pensamento que explicam o processo da Reforma Protestante num universo dominado pela Igreja Católica;
- Traduzir e interpretar a Música: Sunday Bloody Sunday.

Metodologia

- 1º momento – sensibilização/problematização: ouvir a música: *Sunday Bloody Sunday*:
- fazer questionamentos para os alunos sobre: o que acharam da música? sobre o que vamos falar na aula de hoje?
 - o(a) professor(a) de inglês apresentará a proposta de aula

interdisciplinar com o(a) professor(a) de história

- o(a) professor(a) de inglês irá propor que os alunos cantem a música para aprender o uso da língua e em seguida solicitará a tradução do texto.
- após a tradução, novos questionamentos: qual a relação da música com a as aulas de história? quais os trechos da música chamaram mais atenção? (devem ser feitos no fim da aula de inglês e retomados no início da aula de história)
- no(a) professor(a) listará no quadro em tópicos algumas palavras chaves dos comentários realizados pelos alunos.

2º momento – problematização/investigação: qual a relação da música com a as aulas de história? Quais os trechos da música chamaram mais atenção?

- inserção da problemática – a partir da pesquisa do que foi o domingo sangrento, o(a) professor(a) irá propor que os alunos pensem o porquê da divergência entre Irlanda do norte e a Irlanda do sul.

3º momento – conceituação:

Explicar os motivos das reformas protestantes:

- descrever o luteranismo;
- explicar os conflitos religiosos na Inglaterra com o anglicanismo;
- descrever as diferenças entre o protestantismo e o catolicismo;

4º momento – contextualização/ verificação de aprendizagem: pesquisar as propostas já criadas para solucionar a crise na Irlanda e pensar novas propostas para promover a tolerância religiosa na região:

OS TEXTOS SERÃO PASSADOS COMO ATIVIDADE DE CASA:

- identificar quais as propostas já elaboradas para superar esse conflito;
- elaborar novas propostas para a superação desse conflito e para promover a tolerância religiosa na região;

Aula seguinte: em grupos (5 alunos), os alunos irão discutir e organizar as propostas elaboradas para, em seguida, apresentá-las para a turma.

Recursos

- power point
- data show;
- quadro e pincel;
- link de pesquisa e google;

Atividades para casa de inglês:

Pesquisar e registrar no caderno:

O que foi o domingo sangrento e suas origens.

Atividade de casa de história:

pesquisar as propostas já criadas para solucionar a crise na Irlanda e pensar novas propostas para promover a tolerância religiosa na região.

SUGESTÃO DE PESQUISA PARA AULA

Sugestão de pesquisa – aula de Inglês:

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-causa-do-conflito-entre-catolicos-e-protestantes-na-irlanda-do-norte/>

Sugestão para pesquisas para casa:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/03/090310_qanda_irlandan_cq

https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15382/15382_4.PDF (pág. 85-118)
<https://farolblumenau.com/a-dolorida-divisao-religiosa-na-irlanda-do-norte/>

Aula 04 – A intolerância religiosa no Império

Conteúdo:

- O Império no Brasil: a formação do estado brasileiro.

Habilidades e competências:

- Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas;
- Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas;

- Analisar a escravidão e a exclusão dos povos de origem africana no período imperial;
- Compreender o processo de formação do Estado brasileiro a partir da questão religiosa.

Metodologia

1º momento – sensibilização/problematização: leitura de imagens e jornais de época:

- apresentação das imagens com os deuses iorubas: o(a) professor(a) questionará sobre o que estas figura representam, se eles reconhecerão as figuras representadas, se acharão que esses deuses são aceitos no Brasil;
- o(a) professor(a) solicitará a leitura dos textos dos jornais de época para identificar a perseguição a outras manifestações religiosas que não a religião da época;
- o(a) professor(a) listará no quadro em tópicos algumas palavras chaves dos comentários realizados pelos alunos. (feitiçaria, religião de estado, candomblé, mulatos, citadas nos textos).

2º momento – problematização/investigação: como a intolerância religiosa apresenta-se na sociedade brasileira:

- Inserção da problemática – a partir da leitura dos artigos da constituição de 1824 e 1988, do código criminal de 1830 e das notícias dos jornais, os alunos (em dupla) devem analisar a construção social sobre o tratamento das manifestações religiosas identificando:
 - O que é religião de estado? E qual a religião do império?
 - O que é a prática do padroado e beneplácito?
 - O que é estado laico?

- Quais os principais motivos de perseguição as religiões de matriz africana?
- Quais são as diferenças entre os artigos da Constituição de 1988, da Constituição de 1824 e do Código Civil de 1830.

3º momento (15') – Conceituação: alunos discutirão os conceitos pesquisados e o professor(a) mediará a discussão a mesclando com suas explicações:

O tratamento religioso nos documentos legais do Brasil Império e Contemporâneo:

- descrever o padroado e beneplácito;
- descrever as diferenças entre estado laico e religião de estado;
- relacionar o racismo e a intolerância como elementos de exclusão e perseguição das religiões de matriz africana.

4º momento – contextualização/ verificação de aprendizagem: o(a) professor(a) fará questionamentos direcionados aos alunos para exporem sua compreensão sobre o tema.

5º momento - retomada da atividade de casa:

Os alunos apresentarão suas pesquisas sobre a cultura ioruba e o(a) professor(a) fará uma síntese no final das apresentações.

Recursos

Jornais;

Power point – data show;

Quadro e pincel;

Link de pesquisa e google.

Atividades para casa:

Retomada da imagem inicial, para que os alunos pesquisem as características da religiosidade ioruba e expliquem o que é o sincretismo religioso.

Apresentação dos alunos na aula seguinte (20 minutos)

Sugestões para a pesquisa da atividade de casa:

<https://escola.britannica.com.br/artigo/ioruba/487841>

<https://ocandomble.com/2008/06/03/a-religiao-dos-yorubas/>

<https://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/10/conheca-origem-do-mundo-segundo-crenca-ioruba>

SUGESTÃO DE PESQUISA PARA AULA

Imagem 9 - Ilé-ife, a Pátria dos Orixás



Fonte: <https://aulazen.com/historia/povos-iorubas/>

CÓDIGO CRIMINAL DE 1830:

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm

PARTE QUARTA

Dos crimes policiaes

CAPITULO I

OFFENSAS DA RELIGIÃO, DA MORAL, E BONS COSTUMES

Art. 276. Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma fôrma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.

Penas - de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da fôrma exterior; e de multa de dous a doze mil réis, que pagará cada um.

Art. 277. Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na occasião, e lugar, em que o culto se prestar.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 278. Propagar por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas; ou por discursos proferidos em publicas reuniões, doutrinas que directamente destruam as verdades fundamentaes da existencia de Deus, e da immortalidade da alma.

Penas - de prisão por quatro mezes a um anno, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 279. Offender evidentemente a moral publica, em papeis impressos, lithographados, ou gravados, ou em estampas, e pinturas, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, e bem assim a respeito destas, que estejam expostas publicamente a venda.

Penas - de prisão por dous a seis mezes, de multa correspondente à metade do tempo, e de perda das estampas, e pinturas, ou na falta dellas, do seu valor.

Art. 280. Praticar qualquer acção, que na opinião pública seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar público.

Penas - de prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 281. Ter casa publica de tabolagem para jogos, que forem prohibidos pelas posturas das Camaras Municipaes.

Penas - de prisão por quinze a sessenta dias, e de multa correspondente á metade do tempo.

CAPITULO II

SOCIEDADES SECRETAS

Art. 282. A reunião de mais de dez pessoas em uma casa em certos, e determinados dias, sómente se julgará criminosa, quando fôr para fim, de que se exija segredo dos associados, e quando neste último caso não se communicar em fórma legal ao Juiz de Paz do districto, em que se fizer a reunião.

Penas - de prisão por cinco a quinze dias ao chefe, dono, morador, ou administrador da casa; e pelo dobro, em caso de reincidencia.

Art. 283. A comunicação ao Juiz de Paz, deverá ser feita com declaração do fim geral da reunião, com o protesto de que se não oppõe á ordem social, dos lugares, e tempo da reunião, e dos nomes dos que dirigirem o governo da sociedade.

Será assignada pelos declarantes, e apresentada no espaço de quinze dias, depois da primeira reunião.

Art. 284. Se forem falsas as declarações que se fizerem, e as reuniões tiverem fins oppostos á ordem social, o Juiz de Paz, além de dispersar a sociedade, formará culpa aos associados.

Constituição de 1824

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE.

TITULO 1º

Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo.

TITULO 8º

Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros

V. Ninguem póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica.

Constituição de 1988

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Bruxaria:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=feiti%C3%A7aria&pasta=ano%20183\(itapecuru-mirim\)](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=feiti%C3%A7aria&pasta=ano%20183(itapecuru-mirim))

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302619&pesq=feiti%C3%A7aria&pasta=ano%20183\(ritual\)](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302619&pesq=feiti%C3%A7aria&pasta=ano%20183(ritual))

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226211&pesq=candomble&pasta=ano%20188>

Intolerância hoje

<https://www.camara.leg.br/noticias/619029-praticantes-de-religioes-de-matriz-africana-reclamam-de-intolerancia-e-violencia/>

Aula 05 – A origem dos seres humanos e a cosmogonia

Conteúdo:

- A origem dos seres humanos.
- Representações culturais/religiosas.

Habilidades e competências (objetivos):

- Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana, sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.

Metodologia:

1º momento – Sensibilização/Problematização: apresentação das imagens sobre a criação dos seres humanos:

- Apresentação das imagens sobre a origem dos seres humanos: o(a) professor(a) questiona sobre o que estas figura representam, se eles reconhecem as figuras e o que elas representam?
- o(a) professor(a) após a identificação das imagens, questiona o porquê dessa diferentes interpretações sobre a origem dos seres humanos.
- o(a) professor(a) questiona se os alunos sabem o que é evolucionismo e criacionismo?

2º momento – problematização/investigação: a disputa entre criacionistas e evolucionistas como prática de intolerância.

- Inserção da problemática – a partir da leitura dos textos, os alunos identificam o que defende a teoria criacionista e a teoria evolucionista e que existem outras explicações sobre a origem dos seres humanos e da vida nas culturas indígenas do Brasil e da umbanda.

- os alunos discutem as duas visões e porque essas ideias podem gerar práticas de intolerância.
- os alunos devem também propor ações para superar esse conflito.

3º momento – conceituação: sobre a origem dos seres humanos:

- após o debate o(a) professor(a) descreve as duas teorias (criacionismo e evolucionismo);
- conceitua o que é mito e cosmogonia para explicar que diferentes povos e em diferentes épocas têm a sua explicação sobre a origem da vida e da humanidade.

4º momento – contextualização/ verificação de aprendizagem:

- em duplas, os alunos pesquisam diferentes mitos de origem, principalmente, nas religiões de matriz africana e indígena;
- propor soluções que permitam a livre convivência das duas teorias no espaço escolar;
- os alunos apresentam suas pesquisas e propostas.

Recursos:

- Power point;
- data show;
- quadro e pincel;
- link de pesquisa e google;
- celular.

Atividades de para casa:

Pesquisar as teorias da origem do homem americano e a cosmogonia de um povo da América do Norte.

SUGESTÃO DE PESQUISA PARA AULA

<http://triboguaraniodivelas.blogspot.com/2015/09/mito-guarani-da-criacao.html>

<https://www.horoscopovirtual.com.br/artigos/a-criacao-do-mundo-segundo-a-umbanda/>

<https://www.wemystic.com.br/criacao-mundo-umbanda/>

Imagem 10 - Jaci, deusa da Lua



Fonte: <https://www.horoscopovirtual.com.br/artigos/mitologia-indigena-brasileira>

Imagem 11 - Tupã



Fonte: <https://www.horoscopovirtual.com.br/artigos/mitologia-indigena-brasileira>

Imagem 12 - A criação da mitologia indígena



Fonte: <https://www.xapuri.info/mitos-e-lendas/tupa-jaci-e-conheca-as-principais-divindades-da-mitologia-indigena-brasileira/>

Imagem 13 - A criação no cristianismo



Fonte: <https://www.portaldohelvecio.com/2017/02/primeira-leitura-gn-41-1525-segunda.html>

TERMOS E CONCEITOS

Animismo: da palavra latina *animus*, que significa “alma”, “espírito”, pois em algumas culturas prevalece a crença de que a natureza é povoada de espíritos.

Cosmo: é o Universo em seu todo; é a própria criação divina. Para os gregos, o caos foi organizado por forças divinas que transformaram no mundo ou universo ordenado, o cosmo.

Cosmogonia: são mitos ou histórias que buscam explicar a criação do universo, o sentido da vida humana e as relações com entidades sobrenaturais.

Culto: é empregada em geral para significar “adoração”, mas na ciência das religiões é um termo coletivo que designa todas as formas de rito religioso.

Escatologia: são explicações sobre o fim do mundo e da humanidade, trata do sentido e da finalidade do homem, da história e do cosmo.

Hierofania (*hierofani*): palavra grega que significa “algo sagrado está se revelando para nós”; é o sagrado, o que é revelado

***Homo religiosus*, o homem religioso:** é aquele que crê na transcendência, que o mundo é criação do sobrenatural, que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo. É o oposto do homem a-religioso, que não crê na transcendência e se vê como único sujeito e agente da História.

Igreja: a palavra possui vários significados, entre eles assembleia, congregação, comunidade, povo, público. Nesta acepção, refere-se a uma comunidade de pessoas que têm o mesmo propósito.

Monolatria: adoração de um único deus, sem negar a existência de outros.

Monoteísmo: a crença de que existe um só deus; predominante nas religiões ocidentais.

Oração: considerado o mais simples dos ritos, refere-se a comunicação espontânea de um indivíduo com os deuses, a natureza, as forças espirituais.

Politeísmo: é a crença na existência de diversos deuses, geralmente, com funções e atribuições distintas. O mundo dos deuses por vezes é organizado da mesma maneira que o dos homens, numa família ou num Estado, com qualidades e defeitos humanos.

Religião: é outra palavra com diferentes significados, mas vamos utilizar o já adotado nesta obra com o sentido de uma comunidade de pessoas unidas por uma fé, uma prática ou forma de culto, na sua busca pelo sagrado.

Sacrifício: é a prática de oferecer algo valioso aos deuses.

REFERÊNCIAS

I) LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

_____. LDBEN. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96. Brasília: Senado Federal Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. Lei 9.475. 22 jul. 1997. Brasília, DF, 1997.

Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 2 out. 2017.

_____. DECRETO Nº 7.107. 11 de fevereiro de 2010, Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.6.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7107-11-fevereiro-2010-602309-publicacaooriginal-123632-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. ADI 4439. Supremo Tribunal Federal, 2017.

Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=3926392>. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum do Ensino Básico. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 22/09/2018.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 22 set. 2018.

_____. Decreto nº 19.941, de 31 de abril de 1931. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. LDB 4024/1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Câmara dos Deputados, Brasília, DF.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 abr. 2019.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Unic, Rio de Janeiro, 2009.

Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Declaração dos Princípios sobre a Tolerância e Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância.

Disponível em: <http://www.oas.org/en/council/AG/ResDec/> Acesso em: 18 fev. 2020

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Ministério Público em Defesa do Estado Laico. Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2014.

Disponível:http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/ESTADO_LAICO_volume_1_web.PDF. Acesso em: 11 out. 2018.

II) OBRAS GERAIS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AZEVEDO, Cristiane A. de. A procura do conceito de religio: entre o relegere e o religare. **Religare**, João Pessoa, v. 1, p. 90-96, março, 2010.

BANDEIRA, Luís Cláudio Cardoso. A morte e o culto aos ancestrais nas religiões afro-brasileiras. *Último Andar*, p. 45-52, 2º semestre, 2010.

BAUBÉROT, Jean. A favor de uma sociologia intercultural e histórica da laicidade. **Revista de Ciências Sociais**, vol 11, n. 2, p.284-302, maio/ago. 2011.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Escritos sobre educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2007.

CECÍLIO, Camila. **Qual é a diferença entre as competências gerais da BNCC e as socioemocionais?** Revista Nova Escola Gestão, 2019. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2194/qual-e-a-diferenca-entre-as-competencias-gerais-da-bncc-e-as-socioemocionais>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 42, n. 3, São Paulo, julho/set. 2016.

_____. Três décadas de conflitos em torno o ensino público: laico ou religioso?

Educação & Sociedade, Campinas, v. 39, nº. 145, p. 890-907, 2018.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FISCHMANN, Roseli. **Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé**. São Paulo: Factash Editora, 2012.

GAARDER, Jostein. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GIUMBELLI, Emerson; CARNEIRO, Sandra de Sá. **Ensino religioso no estado do Rio de Janeiro - registros e controvérsias**. Rio de Janeiro, UFRJ, n. 60, 2012. (Comunicação Oral).

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. Teoria da adaptação. **Folha de São Paulo**, 05/01, 2003.

KLEIN, Remi. O lugar e o papel dos símbolos no processo educativo-religioso. **Estudos Teológicos**, vol. 46, ed. 2, p. 74-83, 2006.

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância. **Abril Cultural**, São Paulo, 1973. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/cartatolerancia.html> Acesso em: 25 jun. 2011.

RANQUETAT JR., César A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Tempo da Ciência**, v. 15, n. 30, p. 59-72, 2º semestre, 2008.

ROTTERDAM. Erasmo de. **Elogio à loucura**. L&PM: São Paulo, 2003

_____. Tolerância. In: HARBERMAS, Jürgen. Entre o naturalismo e religião. **Estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

SALAS, Paula. **Formamos professores para que deem aula e não para que façam parte de um projeto maior**. Nova Escola, 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17515/formamos-professores-para-que-deem-aula-e-nao-para-que-facam-parte-de-um-projeto-maior>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SANTOS, Milene. **Pluralismo, liberdade religiosa e proselitismo: o estado Brasileiro e a guerra santa entre os neopentecostais e as Religiões afro-brasileiras**. Salvador: CONLAB/UFBA, 2010. (Comunicação Oral).

SILVA, Eliane Moura da. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **Revista de Estudos da Religião**, nº 2, p. 1-14, 2004.

SILVA, Mariângela Benine Ramos. **Ritos, rituais e cerimônias e suas implicações políticas nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, 2008. (Comunicação Oral).

SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de. Laicidade e liberdade religiosa no Brasil: situando a discussão entre religião e política. **Interações**, Belo Horizonte, v.12, n.21, p. 77-93, jan/jul. 2017.



Christianity



Christianity



Shinto



Jainism



Taoism



Buddhism



Sikhism



Jainism



Wicca



Islam



Bahai



Menorah



Islam



Hinduism



Buddhism

